

**Motins militares no mundo luso-brasileiro: o caso das tropas portuguesas no Estado Cisplatino Oriental**

**Fábio Ferreira<sup>1</sup>**

**Resumo**

Em 1816, forças militares compostas por elementos lusos e brasileiros invadiram a Banda Oriental, instalando um governo português liderado pelo general Carlos Frederico Lecor. Em 1821, em conjunto com importantes elementos da sociedade local, Lecor anexou o território oriental ao Reino Unido português, sob a designação Estado Cisplatino. A anexação gerou a insatisfação das Cortes de Lisboa, bem como dos regimentos lusos estacionados no Prata, que eram fiéis aos liberais, sendo que esses militares realizaram uma série de motins contra Lecor. Assim sendo, o presente trabalho pretende analisar os fatores internos da Banda Oriental que levaram as forças lusas aos constantes motins no Estado Cisplatino, bem como as correlações das insubordinações com fatores externos, vinculados ao contexto do Reino Unido português, além das demandas da fração lusa em suas ações.

Palavras-chave: Nova História Militar, Cisplatina, Carlos Frederico Lecor.

**Abstract**

In 1816, Portuguese-Brazilian troops invaded the Spanish province called Banda Oriental, establishing a Portuguese government that the leader was the general Carlos Frederico Lecor. In 1821, Lecor and important members of the local society annexed the oriental province under the name Estado Cisplatino to the Portuguese United Kingdom. The union with Portugal caused negative reactions at the liberal parliament in Lisbon, as well in the Portuguese troops at the Plata. Faithfull to the liberals, these soldiers stated a lot of riots against Lecor. This paper will analyses the factors (internal and external of the province) which caused the riots at the Cisplatina, as well the demands of the Portugueses soldiers in these acts.

Key-words: History, Cisplatina, Carlos Frederico Lecor.

---

<sup>1</sup> Doutorando em História pelo PPGH da UFF. Mestre em História Social pelo PPGHIS da UFRJ.

Em função do processo de emancipação dos domínios coloniais da Espanha na América, a antiga fração do Vice-Reino do Rio da Prata, denominada Banda Oriental, e que corresponde à atual República Oriental do Uruguai, vivia um árduo processo de guerra civil, tendo como principal elemento o general José Gervásio Artigas.

Objetivando a extensão dos seus domínios em direção ao Prata, bem como a derrota de Artigas, que representava uma ameaça à fronteira meridional do Brasil, D. João ordenou que Lecor, veterano das guerras napoleônicas, invadisse a Banda Oriental. Lecor conquistou pacificamente Montevideú em 1817, após negociar com importantes elementos da sociedade local a ocupação da cidade.

Lecor realizou um governo de coalização com os principais indivíduos da Banda Oriental, concedendo-lhes promoções na administração pública, condecorações e títulos nobiliárquicos. Neste contexto, o general adotou a política de realizar casamentos entre militares de suas tropas e mulheres orientais, sendo que ele mesmo casou-se, em 1818, com Rosa Maria Josefa Herrera de Basavilbaso, pertencente a uma das famílias mais importantes da Banda Oriental.

Em 1821, após alguns anos desse governo de coalizão em que Lecor e os seus aliados orientais eram fortemente beneficiados, a continuidade da ocupação portuguesa encontrou-se ameaçada. A ascensão do liberalismo nos quadros do Reino Unido português levou Silvestre Pinheiro Ferreira à pasta dos Negócios Estrangeiros e Guerra, sendo que o ministro liberal era contrário à manutenção das forças joaninas na Banda Oriental, alegando questões como o seu alto custo financeiro e o fato de que a também liberal Espanha reivindicava a soberania do território oriental.

Assim, D. João VI acabou por ordenar, em um dos seus últimos atos no Rio de Janeiro, em 16 de abril de 1821, que Lecor realizasse em Montevideú um congresso composto por deputados orientais para que se definisse o futuro da ocupação. Como os interesses do general e dos seus aliados eram pela permanência dos portugueses no Prata, Lecor e o estancieiro Juan José Durán, chefe político da província à época, agiram no sentido de que o citado Congresso votasse pela incorporação da Banda Oriental ao cetro do monarca português.

O contato com as atas do Congresso Cisplatino<sup>2</sup>, que estão no Archivo General de La Nación, em Montevideú, permite-nos constatar que, em 18 de julho de 1821, os congressistas votaram, unanimemente, pela anexação do território oriental à monarquia lusa. Também no Congresso, os deputados determinaram que o território recém anexado passaria a ser designado Estado

---

<sup>2</sup> ACTAS DEL CONGRESO CISPLATINO. Montevideú, 1821. Archivo General de la Nación, AGN.

Cisplatino Orienta, bem como que Lecor deveria continuar no poder e que o novo Estado teria um representante em Lisboa, o advogado oriental Lucas José Obes.

Entretanto, contrariando a decisão do Congresso, Obes acabou por representar os orientais no Rio de Janeiro, tendo sido importante articulador junto ao príncipe D. Pedro e seu ministro José Bonifácio dos interesses de Lecor de unir os destinos cisplatinos aos do Brasil.

Concomitantemente à ação de Obes no Rio de Janeiro, bem como às reuniões do Congresso Cisplatino e à ascensão do liberalismo no âmbito do Reino Unido português, ocorreram vários motins militares na parcela portuguesa das forças de D. João VI no Estado Cisplatino Oriental.

O primeiro motim ocorreu em março de 1821, em função do liberalismo, que gerou, anteriormente, insubordinações no Porto, no Pará, na Bahia e no Rio de Janeiro. A primeira rebelião no Prata ocorreu no dia 20 de março de 1821, tendo como líder o coronel António Claudino Pimentel, do 1º Regimento de Infantaria. Por volta da meia-noite, três regimentos que encontravam-se fora de Montevidéu entraram pelo portão da cidade e ocuparam a sua praça. Imediatamente, as tropas que estavam nos quartéis incorporaram-se aos insurgentes.<sup>3</sup>

A ação foi feita em total segredo e, deste modo, muitos oficiais que tinham opinião divergente da do grupamento liderado por Claudino Pimentel, acabaram, pela surpresa e por serem requeridos pelos revoltosos, a aderir ao movimento insurgente que subitamente controlava Montevidéu.

Os rebelados reclamavam da sua situação de 22 meses sem pagamento do soldo e que, após cinco anos na América, desejavam retornar à Europa, pedindo, assim, ao rei e à nação que outros militares os substituíssem no Prata. Os militares lusos também protestavam contra decreto que desligava-os do exército português.<sup>4</sup>

Além disto, os revoltosos exigiam a presença de Lecor para que se jurasse a Constituição que viesse a ser redigida e jurada em Portugal. Lecor alegou que não poderia comparecer por estar enfermo. Obteve como resposta que se apresentasse mesmo doente. Mais uma vez usando como justificativa a sua saúde, Lecor enviou em seu lugar seu secretário militar, Flangini, que levava ordem para que as tropas prestassem o juramento da maneira elaborada pelo general.

---

<sup>3</sup> La Gaceta de Buenos Ayres, nº48. 28 de março de 1821. Acervo da Biblioteca Nacional de Buenos Aires (BNBA)

<sup>4</sup> Idem.

Entretanto, a proposta foi negada e os revoltosos expunham a Flangini que se Lecor não comparecesse, iriam nomear outro militar para o seu posto.<sup>5</sup>

Lecor acabou por atender aos revoltosos e compareceu à presença destes. Comprometeu-se a realizar os pagamentos atrasados, que eles seriam remetidos a Portugal, e que obedeceria às Cortes de Lisboa, reconhecendo a Constituição que viesse a ser jurada.<sup>6</sup>

Além disto, os rebelados criaram um Conselho Militar e entregaram a sua presidência a Lecor. Os demais membros seriam oficiais de cada corpo da divisão eleitos por votos da oficialidade. Uma vez compostos os quadros do Conselho Militar, seriam nomeados o seu vice-presidente e secretário.<sup>7</sup> Claudino Pimentel terminou por ocupar a vice presidência do Conselho e os militares justificaram a sua atitude pelos seus interesses na felicidade nacional, bem como na regeneração da nação e na sua consideração para com o seu rei.<sup>8</sup>

Relatando em suas páginas a insubordinação dos militares de D. João VI, a *Gaceta de Buenos Ayres* estimava que na praça de Montevideú tinham se reunido 1955 homens, sendo que alguns eram a favor da deportação de Lecor para o Rio de Janeiro. Além disto, o periódico relatava que um oficial português, apelidado de Placa, embarcou para Portugal para representar a divisão lusa de Montevideú junto às Cortes.<sup>9</sup>

Alguns meses depois, na noite de 23 de julho de 1821, data em que ocorria o Congresso Cisplatino, aconteceram novos problemas com as tropas lusas, mais especificamente com o 2º Regimento de Infantaria, em virtude dos soldos atrasados e do desejo de retornarem a Portugal.<sup>10</sup> Para apaziguar a situação, Lecor contraiu um empréstimo forçoso junto ao *vencidario*, na quantia de 50.000 pesos, que seriam pagos pela receita da aduana, bem como decidia-se que 1.200 homens seriam tirados do Prata e levados para a Bahia.<sup>11</sup>

Outra sublevação dos Voluntários Reais foi protagonizada pelo 1º Regimento de Infantaria e pelos soldados do Batalhão de Artilharia a pé, na noite de 30 para 31 de dezembro de 1821.

---

<sup>5</sup> Idem.

<sup>6</sup> Idem.

<sup>7</sup> Idem.

<sup>8</sup> Idem.

<sup>9</sup> Idem.

<sup>10</sup> Fundo Cisplatina, cx.977, pac.09, doc.01, ANRJ.

<sup>11</sup> Oficio del Conde de Casa Flores a Eusebio Bardaji y Azara. Rio de Janeiro, 18 de agosto de 1821. Archivo Nacional, Madrid. Legajo 5849, nº 655. Apud: DEVOTO, Juan E. Pivel. *El Congreso Cisplatino (1821): repertorio documental, seleccionado y precedido de um análisis*. Revista del Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay, t.XII. Montevideo: 1937.

Estes militares foram para a praça de Montevideú e, assim que soube dos fatos, Lecor foi para o local inquirir-lhes a razão da sublevação.<sup>12</sup>

A resposta que o general obteve dos voluntários foi a de que as demandas pelo pagamento do soldo e do retorno a Portugal não foram atendidas e, deste modo, eles voltaram a reivindicar. Para solucionar a questão o mais rápido possível, para que o dia não amanhecesse e os habitantes da cidade presenciassem a insubordinação, Lecor prometeu que a cada quinze dias pagaria um mês inteiro, buscando qualquer meio de aumentar a amortização da dívida, e que enviaria rapidamente um oficial para *suplicar* às Cortes e ao rei que providenciassem o retorno da divisão para Portugal. Assim, o general conseguiu que os militares voltassem para o quartel.<sup>13</sup>

Mesmo com a agilidade de Lecor, a notícia da insubordinação chegou, no decorrer do dia, à população de Montevideú, entretanto, o general poupava, de alguma maneira, a sua imagem, pelo fato de não terem tido espectadores do fato. Para a questão concernente ao retorno dos Voluntários Reais, Lecor enviou para Portugal o brigadeiro Antonio Feliciano Telles de Castro Aparício para tratá-la junto às Cortes e a D. João VI e, para o pagamento do soldo atrasado, Lecor pediu na própria província um empréstimo voluntário.<sup>14</sup>

Identifica-se que, ao longo de 1821, as relações entre Lecor e as tropas lusas tornavam-se cada vez mais tensas. Diante desta situação, o general exortou, em documento de janeiro de 1822, aos revoltosos de dezembro, qualificando o ato de insubordinar-se como *anti-militar* e que gerava-lhe *desgosto*. Lembrava-lhes que o Soberano Congresso da Nação confiava-lhes a guarda da Cisplatina.<sup>15</sup>

Por outro lado, Lecor não ordenou nenhuma punição a estes revoltosos, ao contrário, acenou com uma composição política. Aos revoltosos de dezembro o general afirmou que a ação do 2º Regimento de Infantaria (ocorrida em julho) já tinha sido “quase de todo esquecida” em função da posterior boa conduta dos seus soldados. O general ainda prometeu que estes militares receberiam o seu soldo, que as suas solicitações seriam enviadas às Cortes e, por fim, Lecor pediu que confiassem nele. Assim, é provável que através da informação dada referente ao perdão aos insurgentes de julho, bem como das promessas que Lecor fez, o

---

<sup>12</sup> Fundo Cisplatina, cx.977, pac.09, doc.01 e doc.02, ANRJ.

<sup>13</sup> Fundo Cisplatina, cx.977, pac.09, doc.02, ANRJ.

<sup>14</sup> Idem.

<sup>15</sup> Fundo Cisplatina, cx.977, pac. 09, doc.01, ANRJ.

general buscou manter sob controle os novos insurgentes, acenando que, se tivessem boa conduta, o seu erro seria esquecido.<sup>16</sup>

No entanto, no dia 5 de janeiro, as tropas acantonadas fora dos muros da cidade fizeram as suas petições ao general. Deste modo, para atender aos militares, recaiu sobre a população o pagamento de 300.000 pesos, que foram divididos pela Junta da Fazenda, que decidiu a quantia que cada habitante deveria contribuir. Os fundos municipais, mesmo já destinados para outras questões, também foram empregados para alcançar o valor do pagamento.<sup>17</sup>

Do dia 23 para o 24 de julho de 1822, Lecor enfrentava novos problemas no interior de suas tropas. O 2º Regimento de Infantaria da Divisão de Voluntários Reais pegava em armas, indo para o portão da cidade de Montevideu para reivindicar o seu retorno a Portugal e o pagamento dos soldos atrasados. Diante da falta de dinheiro em caixa, a solução encontrada por Lecor foi a de contrair um empréstimo de 60.000 pesos. Ajudaram ao general, dentre outros orientais, o estancieiro e congressista de 1821, Tomás García de Zúñiga, que contribuiu com 10.000 pesos, e o comerciante Juanicó, com 2.000.<sup>18</sup>

Em junho de 1822 Lecor comunicava a D. Pedro sobre a necessidade, em função dos seus acordos com os revoltosos, de enviar os Voluntários Reais, que assim o desejassem, de volta a Portugal. Porém, esta medida, aliada ao ordenamento do Rio de Janeiro de que os pernambucanos abandonassem à Cisplatina para retornar a sua província, fazia com que Lecor alertasse ao príncipe que o território sob o seu comando ficaria desguarnecido.<sup>19</sup>

Paralelamente, o Conselho Militar posicionava-se contra o governo do príncipe regente e à direção que as relações Brasil-Portugal vinham tomando, além de criticar a ação de Lucas José Obes de aderir ao príncipe D. Pedro.<sup>20</sup>

Por decreto de 20 de julho de 1822, D. Pedro extinguiu os Voluntários Reais, bem como facilitou o regresso, dos que assim desejassem, para Portugal.<sup>21</sup> Em agosto, o governo do Rio de Janeiro mandou que Lecor juntasse todas as tropas do Estado Cisplatino para aumentar a sua força contra a divisão de Voluntários Reais. À frente destas tropas, Lecor colocou Tomás

---

<sup>16</sup> Idem

<sup>17</sup> Gazeta do Rio de Janeiro, nº 27, 2 de março de 1822. Acervo da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro (BNRJ).

<sup>18</sup> La Gaceta... op.cit..BNBA.

<sup>19</sup> Fundo Cisplatina, cx.977, pac.14, doc.03, p.7. ANRJ.

<sup>20</sup> Gazeta do Rio de Janeiro, nº95, 8 de agosto de 1822. BNRJ.

<sup>21</sup> El Argos de Buenos Ayres, nº 72, 28 de setembro de 1822. Acervo da Biblioteca Nacional de Buenos Aires (BNBA).

García de Zúñiga.<sup>22</sup> Em ofício datado do dia 14 de agosto, D. Pedro declarou a ilegalidade do Conselho Militar. O príncipe alegou que este era anárquico, destruía a devida subordinação às autoridades legalmente constituídas, e que as suas atitudes, desde a sua instalação até o referido ofício eram irregulares e criminosas.<sup>23</sup>

Entretanto, a ação do príncipe não foi suficiente para que uma vez declarada a independência do Brasil, os Voluntários não se opusessem a Lecor e ao novo Império, levando, assim, o Estado Cisplatino a uma guerra civil.

Em setembro de 1822 Lecor e seus aliados fugiram de Montevideú, posicionando-se ao lado de D. Pedro I. As tropas lusas permaneceram fiéis a D. João VI, tendo abandonado Montevideú somente em 1824, após armistício com o Império. Os Voluntários retornaram a Portugal e Lecor estabelecia o controle do Brasil na cidade, iniciando-se uma nova fase na Cisplatina, a do Império brasileiro, que perdurou até 1828, quando, ao final de uma guerra com os portenhos, criou-se a República Oriental do Uruguai.

Assim sendo, verifica-se que os motins das tropas portuguesas estacionadas no Prata estavam intimamente vinculados à questões externas ao Estado Cisplatino, como, por exemplo, o posicionamento antagônico do governo do Rio de Janeiro face ao de Lisboa e à ascensão do liberalismo no mundo português, assim como a fatores internos, como o posicionamento político de Lecor favorável a D. Pedro.

Identifica-se, também, que os militares alegavam o atraso nos seus soldos, o desejo de retornarem a Portugal e a fidelidade às Cortes para desrespeitarem a hierarquia militar. Porém, é provável que por trás das alegações concernentes ao soldo e ao retorno a Portugal estivessem motivações políticas, como o desejo destas tropas de permanecerem fiéis a Lisboa e aos liberais que governavam a partir desta capital.

---

<sup>22</sup> Fundo Cisplatina 977, pac.28, doc.01. ANRJ.

<sup>23</sup> El Argos..., op.cit. BNBA

**Fontes**

**Uruguai**

**Archivo General de la Nación – Montevidéo**

ACTAS DEL CONGRESO CISPLATINO. Montevidéo, 1821. Archivo General de la Nación.

**Argentina**

**Biblioteca Nacional – Buenos Aires**

EL ARGOS DE BUENOS AIRES. Diversos números: 1821–1822.

LA GACETA DE BUENOS AYRES. Diversos números: 1821–1822.

**Brasil**

**Arquivo Nacional – Rio de Janeiro**

Fundo: Coleção Cisplatina. Caixas 975-979.

**Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro**

GAZETA DO RIO DE JANEIRO. Diversos números: 1821-1822. Seção Periódicos.

**Fontes primárias impressas**

COSTA, Hipólito José da. *Correio Braziliense*, ou, *Armazém literário*, v.-XVI-XXIX. (1816-1822). São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; Brasília: Correio Brasiliense, 2002.

**Fontes secundárias**

ABADIE, Washington Reyes; ROMERO, Andrés Vázquez. *Crónica general del Uruguay*, vol. 3. Montevidéo: Banda Oriental, 1999.

CASTELLANOS, Alfredo. *La Cisplatina, la independencia y la república caudillesca*. Historia Uruguay, t.3. Buenos Aires: Ediciones de La Banda Oriental, 1998.

CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vítor; KRAAY, Hendrik. *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

DEVOTO, Juan E. Pivel. *El Congreso Cisplatino (1821): repertorio documental, seleccionado y precedido de um análisis*. Revista del Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay, t.XII. Montevideo: 1937.

DUARTE, Paulo de Q. *Lecor e a Cisplatina 1816-1828*. 3v. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1985.

FERREIRA, Fábio. A administração Lecor e a Montevideu portuguesa: 1817 – 1821. In: *Revista Tema Livre*, ed.10, 25 abril 2005. Disponível em: <http://www.revistatemalivre.com>

\_\_\_\_\_. Comerciantes e estancieiros: a participação dos segmentos econômicos orientais na expansão da fronteira luso-brasileira em direção ao Prata. In: *1er Congreso Latinoamericano de Historia Económica 4as Jornadas Uruguayas de Historia Económica*, 2007, Montevideu. Anais [CD-ROOM] do 1er Congreso Latinoamericano de Historia Económica 4as Jornadas Uruguayas de Historia Económica. Montevideu, 2007.

\_\_\_\_\_. *O General Lecor e as articulações políticas para a criação da Província Cisplatina: 1820-1822*. (276p.) Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro, 04/04/2007.

NARANCIO, Edmundo M. *La Independencia de Uruguay*. Madrid: Editorial MAPFRE, 1992.

PIMENTA, João Paulo G. *Estado e nação no fim dos Impérios Ibéricos no Prata (1808-1828)*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2002.